

COMUNICADO DA VII ASSEMBLÉIA REGIONAL DO CIMI / MATO GROSSO - 1981

De 24 a 28 de junho de 1981 realizamos, em Fátima de São Lourenço, MT, a VII Assembléia do nosso Regional do CIMI, com a presença de representantes indígenas e do secretário nacional do CIMI, Pe. Paulo Suess.

O tema de estudo de nossa Assembléia foi "ECONOMIA INDÍGENA FRENTE À ECONOMIA NACIONAL".

Baseados nesse estudo e por contato direto com experiências que estão acontecendo em nossa região,

Denunciamos a política oficial dos Projetos econômicos exorbitados, em áreas indígenas

- pela ideologia capitalista em que eles estão fundados e que fere mortalmente a estrutura econômico-cultural dos grupos tribais;
- pela redução, à troca de dinheiro, implementos, gado ou simples promessa, da Terra que é necessária ao futuro desses Povos;
- pela crescente compra corruptora de lideranças indígenas, em detrimento da comunidade;
- e até pelo fracasso inevitável, inclusive no plano econômico, de tais projetos.

Particularmente queremos condenar, mais uma vez, a título extremo, o traçado genocida da BR-364 (Guiabá-Porto Velho), com o financiamento cúmplice do Banco Mundial, que, juntamente com o Governo Brasileiro, vem ignorando, de fato, o clamor nacional e internacional em favor da sobrevivência do Povo Nambikwara.

Denunciamos que a terra dos Bororo do Córrego Grande, entre Santo Antônio do Leverger e Rondonópolis, demarcada pelo Marechal Rondon, está sendo invadida por fazendeiros e pesa sobre ela projeto de loteamento. Denunciamos também que os Bororo de Jarudori vivem marginalizados na periferia dessa cidade, depois de terem sido expropriados do território, que o próprio Rondon lhes demarcou e que foi registrado em cartório.

Repudiamos a atitude de aliciamento com que a FUNAI está favorecendo o interesse individual de alguns indígenas e concretamente índios Xavante, em prejuízo da reserva global de Sangradouro.

Novamente alertamos a opinião pública sobre a situação sempre indefinida da Ilha do Bananal, território legítimo dos Povos Karajá e Javaé, agora sob a ameaça do Projeto Rio Formoso e a estrada visando o Parque e com a presença de milhares de sertanejos -também inseguros- e de fazendeiros, todos eles arrendatários da FUNAI dentro da Ilha. Reclamamos concretamente da FUNAI o reconhecimento e o atendimento da aldeia Boto Velho, proibida de plantar, caçar e pescar e em grave situação de saúde.

Respondendo à nossa missão evangélica e indigenista, nos comprometemos a acompanhar criticamente a nova situação que os Projetos econômicos criam dentro das comunidades indígenas e solicitamos de todos os organismos indigenistas e do Povo brasileiro consciente um apoio incondicional a esta hora da Causa indígena.

Frente aos projetos capitalistas do Sistema, que a FUNAI serve oficialmente, nós, como cristãos, proclamamos o Projeto de Deus, que, respeitando a dignidade de cada pessoa e a identidade de cada Povo, nos leva à Fraternidade e à Liberdade, em JESUS CRISTO, nosso Irmão Libertador.

Fátima de São Lourenço, MT  
28 de junho de 1981